



COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Em 12 de outubro de 2016, reuniu, pelas 17 horas e 30 minutos, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Audição no âmbito da apreciação dos Projetos de Lei n.ºs 141/XIII/1.^a (PCP), 142/XIII/1.^a (PCP), 150/XIII/1.^a (PS), 152/XIII/1.^a (BE), 153/XIII/1.^a (BE), 157/XIII/1.^a (BE), 160/XIII/1.^a (BE), 218/XIII/1.^a (PSD), 219/XIII/1.^a (PSD), 220/XIII/1.^a (PSD), 221/XIII/1.^a (PCP), 225/XIII/1.^a (CDS-PP) e 226/XIII/1.^a (CDS-PP) – Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, Dr. Pedro Fonseca (Coordenador de Investigação Criminal) e Dr. Manuel Andrade dos Santos (Inspetor-Chefe).

O Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), agradeceu a presença do Dr. Pedro Fonseca e do Dr. Manuel Andrade dos Santos e concedeu-lhes a palavra para uma intervenção inicial.

O Dr. Pedro Fonseca começou por fazer referência às recomendações do GRECO sobre esta matéria, para depois ter como positivas, do ponto de vista da investigação criminal, as alterações propostas quanto ao alargamento do âmbito subjetivo dos diplomas, à criação de um registo de ofertas público, à existência de um registo de interesses, nomeadamente no que respeita a questões de acessibilidade e de publicitação. Apelou, ainda, à existência de ilícitos na contratação pública, e à necessidade de ser criado um regime sancionatório para a não apresentação destas declarações. A par do alargamento dos agentes qualificados como cargos públicos, foi referido o alargamento das molduras penais, no que ao combate à fraude e evasão fiscal respeita, como facilitadores do recurso a outros meios de prova. Dada a palavra para complementar esta intervenção inicial, foi pelo Dr. Manuel Andrade dos Santos abordada a questão do enriquecimento injustificado, defendendo a criação de entidades independentes para a realização de fiscalização, pois que facilitam a investigação.

Após a intervenção inicial do Dr. Pedro Fonseca e do Dr. Manuel Andrade dos Santos, usaram da palavra, para formular perguntas, os Senhores Deputados Luís Marques

**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Guedes (PSD), Fernando Anastácio (PS), Paulo Trigo Pereira (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), as quais foram respondidas conjuntamente, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados pelo convidado.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 20 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: aprovada a 17-01-2018



**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Bacelar de Vasconcelos
Clara Marques Mendes
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Jorge Machado
José Silvano
Luís Marques Guedes
Margarida Balseiro Lopes
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Trigo Pereira
Pedro Filipe Soares
Susana Amador
Susana Lamas
Vânia Dias da Silva
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Manuel Pureza
Pedro Delgado Alves
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques
João Torres
Sara Madruga da Costa